



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA  
REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS -  
REDE PESCA BRASIL  
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS  
PESQUEIROS PELÁGICOS DAS REGIÕES SUDESTE E SUL  
(CPG PELÁGICOS SE/S)  
**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
REUNIÃO MISTA  
BRASÍLIA / DF, 6, 7 E 8 DE DEZEMBRO DE 2023

## **ABERTURA**

No dia 06 de dezembro de 2023, às 09h15, o Coordenador do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Sudeste e Sul (CPG Pelágicos SE/S), Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, efetuou os ritos iniciais da reunião, cumprimentando a todos e agradecendo aos presentes e reforçou os pontos de boas práticas para a reunião em modalidade virtual e presencial.

Prosseguindo, solicitou à Secretária-Executiva do CPG Pelágicos SE/S, Sra. Sandra Silvestre de Souza, que verificasse o quórum.

Após aprovação do quórum, passou a palavra ao Superintendente da Pesca e Aquicultura no estado de Santa Catarina, Sr. Delcy Norberto Batista, que cumprimentou a todos e todas e agradeceu a participação.

Com retorno da palavra, o coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz declarou formalmente aberta a 1ª Reunião Ordinária do CPG Pelágicos SE/S. Em seguida, realizou o discurso de abertura, mencionado a importância da construção de políticas de ordenamento de forma participativa, enfatizando que a reunião seria o fórum legal para as discussões dos recursos pesqueiros, em especial dos recursos pelágicos das regiões Sudeste e Sul do país.

Ao finalizar o discurso de abertura, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz chamou para compor a mesa o Prof. Sr. Paulo Ricardo Schwingel, coordenador do Grupo Técnico Científico (GTC Pelágico SE/S).

Seguindo a programação da agenda definitiva, citou a Portaria de nomeação dos membros e suplentes, Portaria MPA nº 158, de 1º de dezembro de 2023, e iniciou a apresentação dos membros, solicitando que cada um se apresentasse.

## **APRESENTAÇÃO DOS MEMBROS**



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 1ª Reunião Ordinária do CPG Pelágicos Sudeste/Sul, realizada em formato híbrido (presencial e por videoconferência):

- Coordenação do CPG Pelágicos Sudeste/Sul:

Senhor Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador)

- Secretaria-Executiva do CPG Pelágicos Sudeste/Sul:

Senhora Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva)

Senhora Mariana Santos Lobato Martins (Secretária Adjunta)

Senhora Luana Sêga (Equipe de apoio)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA):

Senhor Jocemar Tomasino Mendonça (Titular)

Senhora Valdimere Ferreira (Convidada)

Senhor Alex Souza Lira (Convidado)

Profa. Dra. Senhora Mary Gasalla (Convidado)

Prof. Dr. Senhor Lauro Madureira (Convidado)

- Estado Maior da Armada – Marinha do Brasil (EMA/MB):

Senhor Eduardo Barros Fagundes Netto

- Ministério de Portos e Aeroportos (MPA):

Senhor Edigar Júnio da Silva Martins (Titular)

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA):

Senhor Luiz Roberto Louzada Junior (Titular)

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio):



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhora Roberta Aguiar dos Santos (Titular)

Senhor Antônio Alberto (Suplente)

- Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG-ES):

Senhor Victor Hugo da Silva Valério (Suplente)

- Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo:

Senhor Alberto Amorim (Convidado)

- Secretaria de Aquicultura e Pesca do Estado de Santa Catarina (SAQ-SC):

Senhor Tiago Bolan Frigo (Titular)

- Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul:

Marlon Hilgert Arenhardt (Titular)

- Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA):

Senhora Laís Belsito Pestana (Titular)

Senhor Maurício Assunção (Convidado)

Senhor Attilio Leardini (Convidado)

Senhor Lucas Leardini (Convidado)

Senhor Eduardo Poener Chaves (Convidado)

Senhor Luciano Mello (Convidado)

- Associação de Pescadores Profissionais Artesanais de Emalhe Costeiro de Santa Catarina (APPAECSC):

Senhor Marcos Manoel Domingos (Titular)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Sérgio Winckler da Costa (Convidado)

- Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI):

Senhor Frank Max Marques (Suplente)

- Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE):

Senhor Jonathan Moraes (Titular)

- Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)

Senhor Jerri Eduardo Moraes (Titular)

Senhor Caetano Machado de Almeida Junior (Suplente)

- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos (CONTTMAF):

Senhor José Henrique Pereira (Titular)

- Federação dos Pescadores e Aquicultores do Rio Grande do Sul (FEPERS):

Senhor Irandi da Silveira Rodrigues (Suplente)

- Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA)

Senhor Jorge Machado da Silva (Titular)

- Oceana Brasil:

Senhor Martin Dias (Titular)

Senhora Letícia Bruning Canton (Suplente)

- Sindicato dos Armadores da Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SIDARPES - RS)

Senhor Alexandre Carinha Novo (Titular)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Charles Antônio Pousada da Hora (Suplente)

- Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (SAPERJ)

Senhor Alexandre Guerra Spongeiro (Titular)

- Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI):

Senhor Luiz Carlos Machado Matsuda Junior (Titular)

Senhor Agnaldo Hilton dos Santos (Suplente)

- Grupo Técnico Científico CPG Pelágicos SE/S (GTC)

Senhor Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC)

### LISTA DE SIGLAS

Com intuito de trazer maior clareza acerca das siglas utilizadas ao longo da reunião se fez necessário a construção da lista de siglas abaixo para maior compreensão dos leitores.

ABIPESCA	Associação Brasileira das Indústrias de Pescados
AMFRI	Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí
APPAECSC	Associação de Pescadores Profissionais Artesanais de Emalhe Costeiro de Santa Catarina
BTC	Banco Técnico-Científico
CNPA	Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores
CONEPE	Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura
CONTTMAF	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos
CPG Pelágicos SE/S	Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Sudeste e Sul
FEPERS	Federação dos Pescadores e Aquicultores do Rio Grande do Sul
FNTTAA	Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins
GT PREPS	Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

GT Tainha	Grupo de Trabalho Tainha
GTC Pelágico SE/S	Grupo Técnico Científico de assessoramento ao Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Pelágicos das Regiões Sudeste e Sul
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
LBA	Limite Biologicamente Aceitável
LCA	Limite de Captura Anual
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
PREPS	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
SAPERJ	Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
SAQ-SC	Secretaria de Aquicultura e Pesca do Estado de Santa Catarina
SEAG-ES	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo
SERMOP	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura
SIDARPES -RS	Sindicato dos Armadores da Pesca do Estado do Rio Grande do Sul
SINDIPI	Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região
SISRGP	Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira
TED	Termo de Execução descentralizada

### **APROVAÇÃO DA AGENDA**

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz compartilhou a agenda prevista para a 1ª Reunião Ordinária do CPG Pelágicos Sudeste/Sul, informando que a agenda provisória havia sido encaminhada previamente à apreciação e inclusão de pauta, por parte dos membros. Em seguida, submeteu a sua aprovação ao Plenário.



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Não havendo manifestações contrárias a agenda proposta, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz aprovou a agenda da 1ª Reunião Ordinária do CPG Pelágicos Sudeste e Sul.

### **APRESENTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA E REDE PESCA BRASIL**

Dando seguimento à reunião, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz apresentou o quadro demonstrativo da nova estrutura organizacional do Ministério da Pesca e Aquicultura de acordo com o Decreto nº 11.624, de 1º de agosto de 2023. Posteriormente, realizou a apresentação da Rede Pesca Brasil detalhando o Decreto que a instituiu e seu Regimento Interno, a saber: o Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021, e a Portaria SAP/MAPA nº 554, de 21 de janeiro de 2022, respectivamente.

Apresentou o Edital de Chamamento Público nº 3, de 23 de fevereiro de 2022, que selecionou as instituições da sociedade envolvidas com a atividade pesqueira para o provimento das vagas dos CPGs para o quadriênio de 2022 a 2026 e informou que as instituições e os órgãos da administração pública foram convidados pela extinta Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SAP/MAPA). Também foi apresentado o Edital de Chamamento nº 4, de 28 de março de 2022, que seleciona, em fluxo contínuo, pesquisadores, técnicos e profissionais de notório saber para compor o Banco Técnico-Científico (BTC) da Rede Pesca Brasil, cujos selecionados foram divulgados por meio de Portarias da SAP/MAPA.

Também foram citadas as regras quanto à convocação, designação, sessões, recomendações, mandato, estrutura de execução dos CPGs, regras para os convidados, participação e demais atribuições da Rede Pesca Brasil.

Continuando, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz citou as regras e recomendações/deliberações aos convidados a participar da reunião do CPG Pelágicos SE/S, pelos representantes de órgãos públicos, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do setor produtivo, de entidades privadas e da sociedade civil.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

## **APRESENTAÇÃO DO GRUPO TÉCNICO CIENTÍFICO - GTC**

O Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz apresentou a Portaria MPA nº 159, de 1º de dezembro de 2023, que instituiu o Grupo Técnico Científico (GTC) de assessoramento do CPG Pelágicos SE/S e apresentou os integrantes do GTC:

### **Categoria Pesquisador:**

Alberto Toledo Resende

André Luiz Medeiros de Souza

André Martins Vaz dos Santos

Bruno Leite Mourato

Edmir Amanajás Celestino

Felippe Aldert Postuma

Ivan Machado Martins

Jocemar Tomasino Mendonça

Jones Santander Neto

Luís Gustavo Cardoso

Maurício Hostim Silva

Maurício Lang dos Santos

Mayra Jankowsky

Naetê Barbosa Lima Reis

Nilamon de Oliveira Leite Junior

Paulo Ricardo Schwingel

Roberto Wahrlich



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Rodrigo Sant'Ana

Thaiza Maria Rezende da Rocha Barreto

Victor Hugo da Silva Valério.

**Categoria Técnico:**

Alan Carvalho de Sousa Araujo

Caio Cesar Franca Magnotti

**Coordenador do GTC:**

Paulo Ricardo Schwingel

Finalizada a apresentação o Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz explanou sobre as competências e atribuições do GTC a ser coordenado pelo Sr. Paulo Ricardo Schwingel, a quem o Coordenador passou a palavra.

O coordenador do GTC, Sr. Paulo Ricardo Schwingel, cumprimentou a todos e lembrou que o atual grupo de trabalho havia sido extinto em 2019, e que naquele mesmo cenário o Sr. Paulo Ricardo Schwingel também era o Coordenador do GTC, lembrando os percalços à época enfrentados, e citou a importância de que o GTC discutisse os mais diversos recursos e pescarias das regiões Sudeste e Sul, que também carecem de assessoramento técnico para sua gestão.

Após, o Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz concedeu o intervalo de 15 (quinze), com retorno às 10h30.

**INFORMES SOBRE REGISTRO, MONITORAMENTO E PESQUISA**

Retornando do intervalo, o Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz passou para o item 6 da Agenda, "Informes Sobre Registro, Monitoramento e Pesquisa", passando a palavra a Sra. Valdimere Ferreira, Coordenadora Geral de Monitoramento da Pesca e Aquicultura.



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Valdimere Ferreira explanou sobre as competências e atribuições da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura, a exemplo, executar políticas de registro e monitoramento das atividades de pesca e aquicultura, auxiliando também o ordenamento pesqueiro, promover o desenvolvimento da pesquisa para apoiar a tomada de decisões (pesca e aquicultura) e restabelecer a estatística pesqueira e aquícola no Brasil.

Em seguida falou sobre Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e o cadastramento que está mais voltado ao pescador profissional artesanal e industrial. Falou sobre a criação do GT PREPS, no qual ocorrem as discussões de melhorias tanto na questão normativa quanto do sistema PREPS. Sobre a nova plataforma PesqBrasil, demonstrou as melhorias e destacou os módulos, pescador e embarcação (Mapa de Bordo), falou sobre a força tarefa realizada sobre as análises de carteira de pescador artesanal/profissional, que contou com a ajuda de outros Ministérios e Superintendências Federais da Pesca e Aquicultura reduzindo o passivo existente nas análises de carteira de pesca.

Acerca do monitoramento, destacou os instrumentos como Mapa de Bordo, Declaração de Estoque, Mapa de Produção, PREPS, dentre outros. Ressaltou que a entrega do Mapa de Bordo via PesqBrasil para espécies de Atuns e Afins e Polvo, passarão a ser obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2024, para Lagosta a partir de 1º de abril, e para as demais espécies passará a ser obrigatório a partir de 1º de maio, e, portanto, encorajou a todos para que preencham o Mapa de Bordo por meio do sistema, uma vez que já está em funcionamento. Sobre o rastreamento (PREPS), demonstrou que o Ministério está trabalhando para a recriação do GT PREPS, com a intenção de criação de um novo sistema. No tocante à estatística pesqueira, a SERMOP está fazendo um trabalho colaborativo para levantamento de dados. Finalizou evidenciando as expectativas da SERMOP/MPA as quais são regular os pescadores, resgate dos dados estatísticos entre outras políticas públicas referentes à pesca e aquicultura e pediu ajuda a sociedade para sugestão, elogios e críticas, por meio do site do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Posteriormente, o coordenado Sr. Rivetla Édipo Cruz abriu o plenário para perguntas.



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Roberta (ICMBio) questionou como será realizada a questão da estatística pesqueira, se seria por meio de projetos e TED ou o planejamento é instituir um programa integrado. A Sra. Valdimere respondeu que vai ser criado um programa de forma integrada, entretanto, no cenário atual, está sendo realizado o levantamento por meio de parcerias pontuais. O Sr. Alex Souza Lira, Coordenador Geral de Estatística da Pesca e Aquicultura do MPA, endossou a fala da Sra. Valdimere e complementou que o objetivo é sim ter algo mais consolidado e contínuo. Além disso, destacou que a ideia do projeto e das parcerias é não sobrepor nenhuma das iniciativas já existentes de monitoramento, e sim integrar os dados existentes. Ainda, pontuou que para isso precisará da ajuda de outros órgãos vinculados a gestão compartilhada.

O Sr. Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) perguntou sobre o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) das embarcações ligadas a pesca de pelágicos, especialmente aquelas permissionadas na modalidade cerco/traineira, frisando ser necessária uma revisão do permissionamento das regiões Sudeste e Sul. Por isso, questionou se existe alguma estratégia para a revisão de permissionamento e como o SisRGP e PREPS estão estruturados para ter acesso público, para que seja possível a consulta de quantas embarcações estão operando. Além disso, sugeriu que o MPA construíssem mecanismo para proteger os sistemas utilizados para ordenamento da pesca, como o SisRGP, PREPS, etc, independentemente de quem esteja no poder, pois o cenário recente é de desconstruções a cada 4 anos.

A Sra. Valdimere respondeu que existe um painel no site do MPA constando o quantitativo de embarcações por modalidade de pesca, conforme a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011, a qual baliza os métodos de pesca. Assim, no painel é possível pesquisar por meio do código da INI MPA/MMA nº 10, de 2011, pelo RGP ou nome da embarcação e consta as informações sobre o comprimento, arqueação bruta e potência do motor (HP). Ressaltou que hoje se tem aproximadamente 24 (vinte quatro) mil embarcações registradas e ainda citou os principais desafios do MPA sobre as regularizações dos pescadores, das embarcações de pesca dentre outras questões afetas ao MPA.



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz passou a palavra para Sra. Sabrina (Convidada do CONEPE) que questionou sobre a obrigatoriedade, a partir de 1º de janeiro para maioria das frotas de pelágicos, de informar suas produções por meio do PesqBrasil – Mapa de Bordo, citando entraves que estão sendo observados pelo setor e são de conhecimento do Ministério da Pesca e Aquicultura. Nesse sentido, uma vez que existem embarcações que estão no trâmite de transferência de propriedade, ou processo de renovação, os quais são morosos, sugeriu que a entidade fizesse um grande levantamento entre os afiliados e passasse para o MPA a listagem das embarcações de pesca que se encontram nessa situação, e a possibilidade de conferir maior celeridade a esses processos.

Sobre esta questão, a Sra. Valdimere explanou que existe esta orientação para que se demande essa atualização e o MPA tem tratado com celeridade este tipo de processo, mas se o CONEPE tiver uma lista de embarcações de pesca que já solicitaram, seria oportuno receber, enfatizando que as análises respeitam ordem cronológica de chegada dos processos e que o procedimento de atualização é relativamente simples, todavia, caso tiver outras alterações, a análise vai se tornar mais morosa.

### **DEMANDAS RECEBIDAS PELA PASTA SOBRE AS PESCARIAS PELÁGICAS DO SUDESTE E SUL**

Passando para o Item 7 (sete) da Agenda, o Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz passou a palavra para a Secretária Adjunta do CPG Pelágicos SE/S, Sra. Sandra Silvestre de Souza, que começou com os devidos cumprimentos e apresentou as demandas recebidas nos últimos anos relacionadas aos recursos pelágicos das regiões Sudeste e Sul. Enfatizando que algumas demandas já foram concluídas, outras estão em andamento e que algumas estão para serem discutidas por este CPG.

### **APRESENTAÇÃO DO PROJETO: ANÁLISES ESTRATÉGICAS PARA O MANEJO PESQUEIRO COM BASE ECOSISTÊMICA NO GRANDE ECOSISTEMA MARINHO DO SUL DO BRASIL**

Passando para o Item 8 (oito) da Agenda, o Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz passou a palavra para a Sra. Prof. Dra. Mary Gasalla do Laboratório de Ecossistema



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Pesqueiros (LabPesq), do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP), que com os devidos cumprimentos iniciou sua apresentação, que abordou o Grande Ecossistema Marinho (LME) do Sul do Brasil, evidenciando o custo-benefício das frotas comerciais, tipos de frotas por porto pesqueiro, dimensão social, mulheres pescadoras, mudanças climáticas e modelagem ecossistêmicas.

O Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz abriu para as perguntas. Considerando que não houve perguntas, o Coordenador agradeceu a Sra. Prof. Dra. Mary Gasalla pela sua apresentação, dando assim, a pausa para o almoço com retorno às 14 horas e 10 minutos.

### **SESSÃO SARDINHA**

#### **APRESENTAÇÃO DO PROJETO: PESCA DA SARDINHA-VERDADEIRA: CICLO REPRODUTIVO, DEFESO, EL NIÑO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Retornando do intervalo de almoço, o Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz passou para apresentação do Prof. Dr. Paulo Ricardo Schwingel da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Este iniciou cumprimentando os ouvintes e falou sobre a importância da pesca da sardinha-verdadeira e do entendimento sobre seu ciclo reprodutivo para a definição do período de defeso mais adequado e os possíveis impactos do El Niño e mudanças climáticas.

O professor destacou que a alteração do período de defeso se mostrou acertada diante dos dados biológicos coletadas durante o defeso e que foi identificada uma ampliação do período reprodutivo da espécie, o que pode estar associado a efeito das mudanças climáticas sobre o recurso. Destacou, neste sentido, ser importante monitorar os efeitos do El Niño na pescaria e demonstrou que existe uma possibilidade de existirem dois estoques de sardinha-verdadeira, o que poderia trazer impactos significativos para a gestão.

Concluindo a apresentação, o Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz parabenizou o trabalho realizado pelo Prof. Dr. Paulo Ricardo Schwingel e parabenizou o setor produtivo, o qual é parceiro do projeto apresentado.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Foi aberta a sessão para as perguntas. A Sra. Roberta Aguiar dos Santos (ICMBio), questionou sobre a existência de *Sardinella aurita* na região, também sobre a necessidade de ampliação do período de defeso para incluir o mês de março, e como está a evolução dos trabalhos sobre os modelos preditivos, os quais seriam fundamentais para prever os próximos anos de pescaria, considerando os eventos extremos e não extremos.

O Prof. Dr. Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) respondeu sobre os modelos preditivos que estão sendo trabalhados, mas que é complexo, sendo que a assertividade de 1 a 2 anos à frente é bastante grande, já quando se entra no 3º ano o erro fica maior. Ainda, destacou que o impacto do El Niño hoje vai impactar a pescaria do ano 2025, porque esse indivíduo não está disponível para pesca. Em relação a ampliação do período de defeso para inclusão da desova no mês de março, afirmou que é uma decisão de gestão, a qual deve considerar os componentes sociais e econômicos envolvidos, bem como o fato de que a fertilização é baixa nestes meses. Sobre a *Sardinella aurita*, destacou que esta não ocorre no Sudeste e Sul.

O Sr. Agnaldo Santos (SINDIPI) ressaltou que o setor fez parceria com a Academia, visto que o Governo não tem recurso. Abordou a questão do defeso para a isca viva o qual se mantém, embora tenha sido alterado o defeso da pescaria de sardinha-verdadeira. Evidenciou que deve se considerar a sustentabilidade da pescaria e o tripé: armador, pescador e indústria. Neste sentido, destacou que durante o defeso os pescadores industriais não recebem e são muitas vezes demitidos, o que impede ou dificulta o recebimento do seguro-desemprego, uma vez que a categoria não tem direito ao seguro defeso. Por isso, sugeriu que se discutisse nesse CPG uma forma de remanejar ou tentar se conscientizar para que possamos ter o bom senso para todos, como uma redução do período de defeso e aumentar o monitoramento da frota cerco/traineira.

Em resposta, o Prof. Dr. Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) destacou a importância de manter o estoque a níveis aceitáveis para que seja possível que este se recupere, especialmente diante dos efeitos das mudanças climáticas e variáveis ambientais, por isso diante do dado de período de reprodução, a decisão de gestão buscou um meio termo. Mas que seria importante realizar uma avaliação de estoque, pois quando se tem



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

pouca informação usa-se o princípio da precaução, mas a sardinha tem uma desova gigantesca, entretanto, é bastante vulnerável as mudanças de clima. Assim, sugeriu a adoção de cota, como forma para se estabilizar a pescaria.

O Sr. Martin Coachman Dias (OCEANA BRASIL), por sua vez, ressaltou que a questão ambiental é preponderante no sucesso ou no fracasso de uma população de sardinha, assim, questionou, cientificamente, qual seria uma recomendação de gestão adequada que se considere as variáveis ambientais, por exemplo em cenário de El Niño forte.

O Prof. Dr. Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) afirmou que alguns dos modelos de avaliação de estoque e tomada de decisão sobre uma possível cota devem considerar os fenômenos ambientais, como o El Niño, e fez uma ressalva de que apenas El Niño acima 2 graus de anomalia podem colapsar a pesca, e, portanto, é essencial monitorar.

Passando a palavra para o Sr. Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) que parabenizou a apresentação e perguntou sobre formas de reduzir os efeitos ambientais em um possível colapso da pescaria em anos de El Niño forte, como, por exemplo, uma diminuição estratégica das capturas para que a recuperação de estoque fosse maior e mais rápida.

Neste âmbito, o Prof. Dr. Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) afirmou que possíveis medidas seriam ampliar o período de defeso ou estabelecer pequenas cotas de captura, mas que seria importante que a decisão fosse junto com as indústrias e os pescadores, os mais prejudicados quando do colapso da pescaria.

O Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz passou a palavra para o Sr. Wilson Santos (Convidado SINDIPI), o qual perguntou se havia diferença entre os dados coletados no Sudeste e no Sul. Ainda, relatou que o tamanho da sardinha tem aumentado, sendo que nos meses de junho, julho e agosto a indústria já não tem comprado, porque os indivíduos estão grandes, e esta é uma sardinha que já se reproduziu algumas vezes. Então, questionou se é provável que essa sardinha adulta, com maior número de eventos reprodutivos, não poderia compensar os efeitos de fenômenos climáticos, como o El Niño.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Prof. Dr. Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador do GTC) confirmou que se percebe um aumento no tamanho da sardinha, especialmente ao Norte, entretanto a maioria da população encontra-se na classe de 1 ano e meio a 2 anos e meio. Sobre a separação entre a sardinha Norte e Sul, evidenciou que o período chave do trabalho foi o período de defeso e não havia material para estatisticamente mostrar estas diferenças.

**APRESENTAÇÃO DO PROJETO: A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA SARDINHA VERDADEIRA ENTRE O CABO DE SÃO TOMÉ (RJ) E RIO GRANDE (RS), A CAMINHO DO CHUÍ?**

O Coordenador, Sr. Rivetla Édipo Cruz, passou para a apresentação do Prof. Dr. Lauro Madureira intitulada “A distribuição geográfica da sardinha verdadeira entre o Cabo de São Tomé (RJ) e Rio Grande (RS), a caminho do Chuí?”

O Prof. Lauro Madureira (Pesquisador) cumprimentou a todos e iniciou sua apresentação. Demonstrou que foi encontrada sardinha-verdadeira na frente da cidade de Rio Grande, sendo detectada uma ocorrência continuada a Sul, sendo que a distribuição de tamanho é similar entre a anchoíta e a sardinha-verdadeira, o que pode indicar uma competição entre as duas espécies. Destacou que existem poucos estudos na costa oriental da América do Sul sobre a tropicalização de espécies, que estudos devem ser fomentados, e da necessidade de monitoramento das condições ambientais e da distribuição dos estoques. Afirmou que existem fortes evidências da tropicalização da sardinha-verdadeira no Atlântico Sul.

Após a apresentação, a plenária foi aberta para perguntas. O Sr. Henrique (CONTTMAF) afirmou que a sardinha desova o ano inteiro, com pico em janeiro, mas que existem variações, por isso defende 90 dias monitorado, permitindo que a indústria que trabalhe mais meses no ano, pois do ponto de vista do trabalhador, 5 meses de defeso mais 2 meses de situação climáticas, sem a possibilidade de seguro defeso, é muito problemático para o setor.

Dando continuidade, a palavra foi passada para o Sr. Luiz Matsuda Junior (SINDIPI), que afirmou que a gestão dos recursos pesqueiros deve considerar uma série de



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

parâmetros, dentre estes o esforço de pesca, por exemplo, o número de embarcações, o número de pescadores, período de defeso maior ou menor e cota. Por isso, deve-se procurar um denominador comum e estabelecer uma estratégia de revisão do permissionamento das embarcações cujo alvo são a sardinha verdadeira ou a sardinha laje.

Em seguida, a Sra. Roberta Aguiar dos Santos (ICMBio) reforçou a importância de considerar a *Sardinella aurita*, e perguntou ao Prof. Lauro Madureira se é uma questão de tropicalização ou adaptação as situações extremas. O Prof. Lauro Madureira (Pesquisador) respondeu que acredita que está tropicalizando, mas faltam dados, especialmente séries temporais mais longas, o que deixa o país internacionalmente atrasado nesta questão.

Logo depois, o Sr. Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) esclareceu que a Instrução Normativa IBAMA nº 15, de 21 de maio de 2009, limita o esforço de pesca e a área de pesca, sendo esta a divisa do Espírito Santo com o Rio de Janeiro até o cabo de Santa Marta, e que pescarias fora dessa área, mas ao Sul do cabo de Santa Marta são consideradas irregulares pelo Ordenamento Pesqueiro Nacional.

O Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz agradeceu Prof. Dr. Paulo Ricardo Schwingel e o Prof. Lauro Madureira, e passou para o décimo item.

### **CENÁRIO NORMATIVO ATUAL DAS PESCARIAS DE SARDINHA**

O Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz passou a palavra a secretária-adjunta do CPG Pelágicos SE/S, Sra. Mariana Santos Lobato Martins que fez a apresentação dos atos normativos referentes à pescaria de sardinha.

### **APRESENTAÇÃO SOBRE O SISLATINHA**

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz agradeceu e falou que seriam abertas discussões sobre os atos normativos em vigor para as pescarias de sardinha. Dando continuidade, o Sr. Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz passou a palavra ao Sr. Alex Souza Lira, que é Coordenador Geral de Estatística da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura, que iniciou sua apresentação sobre o SISLATINHA.



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Com os devidos cumprimentos o Sr. Alex Souza Lira iniciou sua apresentação, e após, foi aberta a sessão para perguntas. A Sra. Roberta Aguiar dos Santos (ICMBio) perguntou se a média dos 21 cm de comprimento da sardinha-verdadeira que é reportado via SISLATINHA é referente aos indivíduos destinados a enlatamento ou o que entra na indústria. O Sr. Alex Souza Lira Resposta (SERMOP) afirmou que tem o quantitativo que entra na indústria e é reportado, dentro deste, uma amostra é medida e são coletadas as amostras biológicas.

Por sua vez, o Prof. Dr. Sr. Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador GTC) parabenizou a continuidade do SISLATINHA, destacando que em 2021 trabalhou com estas amostras e como sugestão de melhorias ao Sistema, propôs que a indústria reserve uma amostra semanal, somando 4 amostras mensais, de forma a equilibrar a qualidade da informação e a capacidade de se processar. Em complementação, o Sr. Alex Souza Lira (SERMOP) evidenciou que os dados de 2022 e 2023 vão estar mais organizados e que o Sistema está ganhando robustez e, à medida que se desenvolve, o tratamento da informação se torna mais eficiente para quem utilizará os dados.

O Coordenador, Sr. Rivetla Édipo Cruz, passou a palavra para o Sr. Luiz Matsuda Junior (SINDIPI) que sugeriu dar maior visibilidade ao SISLATINHA, por meio do MPA, e perguntou ao Prof. Dr. Sr. Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador do GTC) sobre a periodicidade semanal prevista para reporte via SISLATINHA. Em resposta, o Sr. Alex Souza Lira (SERMOP) explanou que o sistema está aberto para receber informação mesmo fora do período de defeso, o que é interessante e um dado a mais que pode ser considerado para a gestão.

Em resposta, Prof. Dr. Sr. Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador do GTC) afirmou que a periodicidade está adequada e proporciona um número de amostras que é possível processar.

### **DEMANDAS RECEBIDAS PELA PASTA SOBRE AS PESCARIAS DE SARDINHA**

O Coordenador, Sr. Rivetla Édipo Cruz, passou a palavra a Sra. Senhora Sandra Silvestre de Souza, Secretária Executiva do CGP Pelágicos SE/S, para que procedesse com



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

a apresentação das demandas recebidas pela pasta relativas às pescarias de sardinhas. Posterior à apresentação, o Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz deu o intervalo de 15 minutos.

### **DISCUSSÃO SOBRE AS MEDIDAS DE ORDENAMENTO PARA AS PESCARIAS DE SARDINHA**

Retornando do intervalo, o Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz passou para próxima pauta. Para melhor organização da discussão, foram elencados os principais pontos a serem discutidos, sendo que a primeira questão a ser debatida é uma demanda relacionada à alteração do artigo 1º referente à área de operação, cuja solicitação é de ampliação até o Chuí, no estado do Rio Grande do Sul.

O Sr. Luiz Matsuda Junior (SINDIPI), em relação a este tópico, destacou que seriam duas alterações, a ampliação da área permitindo a pesca até o Chuí e a continuidade da alteração do período de defeso, com aumento no monitoramento, já realizado via SISLATINHA trazendo segurança jurídica.

Neste sentido, a Sra. Roberta Aguiar dos Santos (ICMBio) questionou qual seria o impacto da frota cerco/traineira operando mais ao sul, visto que essa pesca não é tradicional na região e que deveria ser considerado a possibilidade de conflitos com outras frotas. Sobre esta questão, o Sr. Alexandre Carinha Novo (SIDARPES-RS) concordou afirmando que é necessário definir a área de pesca, e que poderia ter conflito com a anchoíta. Assim, é importante definir a distância da costa, o período e apresentar uma proposta clara para evitar sobreposição de áreas e impactos ecológicos.

Em relação à sobreposição de nichos entre sardinha-verdadeira e anchoíta, o Prof. Lauro Madureira (Pesquisador) afirmou que a sobreposição seria de nicho ecológico e que as espécies podem se adaptar melhor do que a competição entre as frotas. O Prof. Dr. Sr. Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador do GTC) também falou sobre os impactos dessa migração da sardinha-verdadeira e sobre os estudos publicados.

Logo após, o Sr. Martin Dias (OCEANA BRASIL) sugeriu que o modelo de gestão da sardinha-verdadeira tinha que ser um modelo mais adaptativo, visto a grande variabilidade



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

ambiental que influencia na pescaria, por isso deveria ser revisado o Plano de Gestão da Sardinha Verdadeira. Portanto, sugeriu como recomendação pensar em uma forma de remodelar esses objetivos, mudando de uma abordagem estática para uma forma mais dinâmica.

O Coordenador, Sr. Rivetla Édipo Cruz, comentou sobre a fala da OCEANA, e falou que existem medidas de curto, médio e longo prazo, sendo que a alteração do art. 1º da IN IBAMA nº 15, de 2009, seria uma medida de curto prazo. Ademais, complementou afirmando que, conforme o previsto na IN IBAMA nº 15, de 2009, para alteração do art. 1º haveria a necessidade de recadastramento da frota. E ressaltou que, com a volta da gestão compartilhada, como trata-se de medida de ordenamento, o ato normativo tem que ser assinado e dialogado junto com o MMA.

O Prof. Dr. Sr. Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador do GTC) concordou que as condições oceanográficas são diversas, que foram feitos avanços nas análises ambientais, e que é essencial monitorar a frota Sudeste e Sul.

Após, o Sr. Luiz Matsuda Junior (SINDIPI) comentou sobre a fala da OCEANA e fez um breve resumo do quantitativo de embarcações filiadas que são permissionadas para a pesca de sardinha-verdadeira.

Diante da discussão sobre a área de operação, o Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz abriu para o plenário o debate sobre a alteração do período de defeso para a captura da sardinha-verdadeira como isca viva, conforme A Instrução Normativa IBAMA nº 16, de 2009.

Sobre este tema, a Sra. Roberta Aguiar dos Santos (ICMBio) refletiu que o período de defeso para vara e isca viva faz sentido estar atrelado à proteção do recrutamento, uma vez que o tamanho dos indivíduos capturados é menor que na pesca de cerco/traineira. Contudo, a retirada de biomassa do estoque pela captura da isca viva deveria ser comparativamente menor, por isso restavam dúvidas se é interessante ou não a manutenção deste período de defeso para a isca viva.

Em resposta, o Sr. Luiz Matsuda Junior (SINDIPI) relatou que são poucos os barcos que atuam neste período na pescaria de vara e isca viva. Complementando, o Sr. Wilson



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Santos (Convidado SINDIPI) afirmou que esse é o período de declínio da pesca da vara e isca viva e a proporção da isca viva da sardinha vem diminuindo, visto que são utilizados outros peixes também.

O Coordenador, Sr. Rivetla Édipo Cruz, dando continuidade avançou para a discussão proposta pelo SINDIPI sobre alocação de cotas de importação de sardinha-verdadeira e quais os critérios para alocação das cotas de captura.

Para explicar a proposta de ponto de pauta, o Sr. Luiz Matsuda Junior (SINDIPI) evidenciou que essa iniciativa busca estabelecer critérios de alocação da cota de importação da sardinha-verdadeira, para fortalecer as indústrias que tem compromisso com o setor e comprem a sardinha de produção nacional. Assim, propõe que para ser elegível para a cota de importação com alíquota zero, que a indústria tenha que consumir ao menos 15% de sua produção da frota nacional.

Considerando a proposta, o Sr. Jonathan Moraes (CONEPE) manifestou o apoio ao mesmo modelo de anterior, no qual não existem critérios para alocação das alíquotas de importação de sardinha-verdadeira, e destacou que esta proposta apresentada pelo SINDIPI que estabeleceria uma proporção mínima, pode trazer algum tipo de prejuízo às indústrias.

O Sr. Wilson Santos (Convidado SINDIPI) comentou que o sistema atual está em vigor até julho de 2024, mas que existem dados de importações distorcidos nos anos de 2023 e 2024, o que pode vir a gerar problemas para as indústrias futuramente. Além disso, destacou que a proposta de 15% tem como objetivo incentivar as indústrias a consumirem o pescado nacional, pois, por exemplo, tem uma empresa nacional que dá preferência em comprar sardinha nacional que não tem cota, pelo fato dela não bater os 2% exigidos. Por esta proposta, a indústria nacional teria que comprar 15% de sardinha nacional para ter direito a cota de importação.

O Sr. Alexandre Guerra Espongeiro (SAPERJ) manifestou que está faltando maior fiscalização e que deve ser priorizada a compra de sardinha nacional pelas indústrias.

Seguidamente, a Sra. Senhora Laís Belsito Pestana (ABIPESCA) explanou que o pedido da ABIPESCA sobre alocação das cotas de importação para sardinha-verdadeira era



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

relacionado a unificação das cotas, pois eram divididas por semestre e, devido ao calendário muçulmano, que são os maiores fornecedores, a cota de importação do primeiro semestre acabava prejudicada. Além disso, afirmou que a ABPESCA se opõe a alteração dos critérios de alocação das cotas de importação de sardinha-verdadeira.

O Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz, então, finalizou o 1º dia de reunião do CPG Pelágicos SE/S.

### **DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2023**

Com os devidos cumprimentos, o Sr. Rivetla Edipo Cruz (Coordenador do CPG) deu início ao segundo dia do CPG Pelágicos SE/S, passando a palavra para a apresentação do Prof. Dr. Rodrigo Sant'Ana.

### **SESSÃO TAINHA**

#### **APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO ESTOQUE DA TAINHA (*MUGIL LIZA*) NO SUDESTE E SUL DO BRASIL.**

O Prof. Dr. Rodrigo Sant'Ana (Pesquisador GTC) cumprimentou a todos e iniciou sua apresentação que consiste no Relatório de Avaliação do Estoque da Tainha (*Mugil liza*) no Sudeste e Sul do Brasil, que atualizou os pontos de referência biológicos para este estoque em 7.877 toneladas de Rendimento Máximo Sustentável (RMS), 6.190 toneladas com o Limite Biologicamente Aceitável (LBA) e o Limite de Captura Anual (LCA) de 4.643 toneladas.

Após a apresentação o Sr. Rivetla Edipo Cruz (Coordenador CPG) agradeceu a apresentação e abriu para perguntas da plenária.

O Sr. Wilson Santos (Convidado SINDIPI) comentou que o primeiro ponto é a base de cálculos usados, para a qual sugere a inclusão do cenário de exportação de ovas de tainha, porque ele é totalmente diferente. Assim, questionou se não seria possível rodar o modelo com um cenário considerando ova. Citou que já tem um trabalho com a estimativa a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

partir das ovas de tainha, considerando a proporção de tainhas para a ova de tainha conforme Plano de Gestão da Tainha de 2015.

Em resposta a fala do Sr. Wilson, o Prof. Dr. Rodrigo Sant'Ana (Pesquisador GTC) afirmou não haver problemas de inclusão de outro cenário, mas que é importante que o método de construção da informação esteja disponível, bem como a base de dados compilada. Ademais, evidenciou que a tainha, por ser um recurso que está sofrendo exploração a longo prazo, são vários processos de alteração na estrutura de reprodução, alteração no tamanho, etc, que podem alterar a relação macho e fêmea, ou a proporção de ovas. Desta forma, sugere que o método seja submetido e discutido no GTC e avalie a inclusão desta série de dados como mais uma fonte para a avaliação de estoque.

Continuando a Sra. Roberta Aguiar dos Santos (ICMBIO) perguntou sobre as incertezas, a validação e a margem de erro do modelo utilizado para a avaliação de estoque. Em resposta, o Prof. Dr. Rodrigo Sant'Ana (Pesquisador GTC) demonstrou que, de acordo com as imagens da apresentação, a linha preta do gráfico é a estimativa média da condição do estoque e a linha vermelha é a linha da sustentabilidade, sendo que abaixo da linha da sustentabilidade tem mais de 70% das distribuições. Assim, evidencia-se que a maior probabilidade é do estoque se encontrar abaixo do sustentável.

O Sr. Luiz Matsuda Junior (SINDIPI) indicou que talvez fosse interessante avaliar o contexto da avaliação, não necessariamente utilizá-la para definir a cota, mas, que fosse votado qual o peso dessa avaliação, visto que ela não considera todos os cenários e que seria importante fazer um exercício para inserir um cenário com a produção de ovas. Também questionou sobre a utilização dos últimos dados da Lagoa dos Patos e qual seu efeito nos resultados encontrados.

Para tanto, o Prof. Dr. Rodrigo Sant'Ana (Pesquisador GTC) explicou que para a inserção no cálculo da produção de ova, deve-se avaliar o método por 25 pares dentro do GTC, e aí se incorpora na avaliação. Sobre a segunda pergunta, o cenário 6 é com os dados provenientes da Lagoa dos Patos e o cenário 1 não. Além disso, não houve suavização, e, nesse caso, todos os cenários têm o mesmo peso, pois não havia informações que permitam



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

dizer qual cenário deveria ter mais peso. Assim, cada cenário tem 25% de efeito na consolidação do resultado final.

Em seguida, o Sr. Giacinto (Convidado) relatou que participa há anos da discussão da tainha e que se deve considerar que a palavra sustentabilidade não tem apenas um pilar, que é o ambientalmente sustentável, então a gente tem que ter cuidado, porque a palavra sustentabilidade tem vários pilares: social, governança ambiental e outros. Ainda, sobre o Plano de Gestão de 2015, acredita ser uma falha afirmar que o ciclo reprodutivo da tainha seja de 5 anos, pois tem o trabalho do professor João Vieira que demonstra que parte da população leva 5 anos, não toda a população. Mesma coisa para a fase reprodutiva, na qual o pico ocorre no período de maio, junho e julho, e a maior parte da população tem esse período reprodutivo, mas, também tem outros picos de reprodução no decorrer do ano.

Prof. Dr. Rodrigo Sant'Ana (Pesquisador GTC) destacou que a gestão se baseia nesses 3 pilares, agora, se o estoque for usado como referência e do ponto de vista do parâmetro que está sendo apresentado, fala-se em sustentabilidade ambiental e o CPG que discute como considerar os pontos de referência e os outros pilares. Assim, afirmou ser decisão do CPG a forma de divisão e como compensar o econômico e social, que são extremamente importantes para decisão de gestão. Mas defendeu que este não é um ponto de vista do acadêmico, que não deve entrar na discussão de gestão. Em relação ao segundo ponto, sobre a idade média e o parâmetro de idade de primeira maturação, é cientificamente demonstrado e o processo de gestão se baseiam em índice médio, porque o ponto de referência médio é o mais provável.

Após a discussão, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz agradeceu a participação de todos e passou para próxima pauta.

### **CENÁRIO NORMATIVO ATUAL DA GESTÃO DA TAINHA**

Com a palavra, a Sra. Mariana Santos Lobato Martins (Secretária Adjunta do CPG) apresentou os atos normativos referentes a pescaria de tainha.



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Sem perguntas, o coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz avançou para próxima pauta com a apresentação do Sr. Alex Souza Lira (SERMOP).

### **APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA SAFRA DE 2023**

O Sr. Alex Sousa Lira (SERMOP) apresentou o Relatório da Tainha de 2023, seguindo os tópicos: SisTainha, fluxo de informação e diagnóstico da produção safra 2023 (SisTainha), bem como elencando as novas iniciativas de pesquisa e coleta de dados e recomendações para a gestão da pesca da tainha.

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz abriu para as perguntas, passando a palavra para o Sr. Wilson Santos (Convidado SINDIPI) que comentou que o NCM para ovas de tainha está vigorando desde 2023, bem como reforçou a importância de ter, pelo segundo ano consecutivo, a declaração de ovas, o que abre a possibilidade de utilização desta fonte de dados para avaliar o estado do estoque.

O Sr. Alex Sousa Lira (SERMOP) avaliou a possibilidade de discussão para o melhoramento dos filtros no sistema, como, por exemplo, monitorar a origem da tainha utilizada para a extração da ova pelo estado.

Sobre o SisTainha, o Sr. Luiz Matsuda Junior (SINDIPI) relembrou que foi uma sugestão no GT Tainha de disponibilizar o ano todo o SisTainha justamente para permitir o reporte do que é capturado e processado antes do período de safra. Ressaltou que foram reportadas 139 toneladas de ova de tainha e a frota industrial de cerco/traineira nem pescou. Além disso, em relação às sanções das empresas pesqueiras afirmou que o principal problema foram questões processuais, que em um telefonema ou e-mail poderiam ser sanadas, e eventualmente saiu no diário oficial a suspensão de 7 dias, que afeta toda a operação da empresa, não apenas tainha, ou seja, é uma sanção bem pesada.

Acerca do SisTainha ser liberado o ano todo, o Sr. Alex Sousa Lira (SERMOP) afirmou que está sendo cogitado com a equipe de monitoramento, e que a ideia é colocar no relatório da safra os dados ao longo do ano todo.



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) sugeriu um Documento de Origem do Pescado (DOP), que controlaria todo o trânsito do pescado no país, que com inteligência artificial integrada seria bem interessante. Citou um caso, para conhecimento geral de uma nota inidônea com 20 t de tainha, mas quando a fiscalização verificou a placa do veículo que transportou, era uma Honda Biz. Reforçou a sugestão, pois acredita que na atividade pesqueira é o momento de ter um documento eletrônico que controle o pescado no país, e deixou a sugestão de se pensar no Documento de Origem do Pescado (DOP).

O Sr. Alex Sousa Lira (SERMOP) sobre a importância de ter um sistema eficaz, falou sobre as melhorias que estão previstas no SisTainha.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz passou a última pergunta para o Sr. Tiago Bolan Frigo (SAR-SC) que comentou que ainda não teve acesso aos dados da avaliação de estoque. O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz relatou desconhecimento sobre a solicitação desses dados e complementou dizendo que não há nenhum problema sobre a divulgação desde que solicitado formalmente.

### **APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO GRUPO DE TRABALHO DA TAINHA**

Dando continuidade, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz passou para a próxima apresentação sobre o relatório do Grupo de Trabalho – GT Tainha, com a apresentação senhor Jocemar Tomasino Mendonça (MPA), que relatou as discussões e trabalhos realizados pelo GT, bem como a proposta produzida pelo GT para a gestão por cota da pesca de tainha para o ano de 2024 e as melhorias propostas. Após a apresentação, a plenária foi aberta para perguntas.

A Sra. Roberta Aguiar dos Santos (ICMBIO) corroborou a proposta para a safra de 2024 e comentou estar preocupada sobre a apresentação do Professor Rodrigo, pois, a margem de erro está mais para baixo do que para cima, mostrando que o estado do estoque poderia estar pior.

Sobre a proposta do GT Tainha para a safra de 2024, o Sr. Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) pediu esclarecimento do motivo de utilizar o Limite Biologicamente Aceitável



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

(LBA) ao invés do Limite de Captura Anual (LCA), considerando que estamos no evento do El Niño aparentemente forte que pode interferir ao longo dos próximos anos. Também, se mostrou preocupado com a inclusão de 999 toneladas a mais na cota, considerando ser essa a quantidade anual produzida sem origem legal (fora da safra) por frota pesqueira ao mesmo tempo que imputa à fiscalização ambiental o dever de "resguardar" as 999 toneladas para embarcações a serem autorizadas no período de safra conforme Portaria SG-PR/MMA nº 24, de 2018. Ressaltou que o planejamento nacional anual de fiscalização do IBAMA já foi realizado e essa situação não está prevista.

Em resposta, o Sr. Jocemar Tomasino Mendonça (MPA) comentou sobre a metodologia e a necessidade de buscar aperfeiçoamento da gestão da tainha de forma contínua e, em relação as 999 toneladas citadas, destacou que esta captura não deveria acontecer de acordo com a legislação, mas, desde o objetivo é aproximar-se da fiscalização feita tanto por órgãos federais quanto estaduais.

Em contrarresposta, o Sr. Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) afirmou que a maioria das 999 t são pescadas fora da safra, e que a proposta considera que seria possível controlar isso em 2024, mas que essa situação não foi colocada para o IBAMA e não consta no planejamento nacional anual de fiscalização. Diante desta afirmação, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz perguntou se o IBAMA fazia parte do grupo de trabalho – GT Tainha e quais eram os membros que estavam nomeados na Portaria MPA nº 101, de 2023.

O Sr. Jocemar Tomasino Mendonça (MPA) ressaltou que dois pontos devem ser considerados. O primeiro ponto é aumentar e melhorar o envolvimento do MMA/IBAMA para tentar coibir a pesca não declarada. O segundo ponto é que existem dúvidas se, comparados os dados de Santa Catarina com os dados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, essa produção de tainha existe nessas regiões. Visto que nessas regiões há a incidência do parati (*Mugil curema*) e há relatos de confusão na hora do registro do pescado. Assim, é necessário verificar se é o parati ou tainha, ou uma mistura das duas espécies, que está contabilizando a captura fora da época de pesca prevista na Portaria SG-PR/MMA nº 24, de 2018. Com



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

isso, seria possível, inclusive, proporcionar uma melhor condição para a fiscalização nesse período.

Retomando a palavra, o coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz chamou para a próxima pergunta a OCEANA. O Sr. Martin Dias (OCEANA BRASIL) comentou sobre as apresentações e os mitos, e um deles seria o fato de que seria necessário cuidar da pesca da tainha que incide sobre o seu período reprodutivo. Contudo, relatou que com os dados recentes, a produção na Lagoa dos Patos é de cerca de 5000 t, a produção fora da safra nos demais estados somam por volta de 2500 t, o que totalizaria 7500 t. Ou seja, não há uma pesca exclusivamente em cima da desova. Portanto, declarou ser conceitual começar a olhar para as demais pescarias. O segundo ponto citado foi que a avaliação do estoque estima o ponto de referência que se deve tentar alcançar. Mas, as medidas de controle entre abrir e fechar as pescarias, incidem apenas sobre 4% da Limite de Captura Anual (LCA). Desta forma, sugeriu que se deve questionar quais as chances reais de, abrindo e fechando as pescarias que capturam 4% da LCA, alcançarmos o objetivo.

Assim, o Sr. Martin Dias (OCEANA BRASIL) destacou que 95% da captura de tainha não está submetida a nenhum controle de esforço, e que seriam necessárias medidas complementares para aliviar a pressão das outras pescarias. Ressaltou que até agora não foi mexido no ordenamento de nenhuma pescaria que não seja emalhe anilhado e traineira. Contudo, afirmou que a melhor forma é sinalizar de que se vai tentar reduzir a captura em locais que hoje têm grandes índices de captura de tainha.

Em seguida, Sr. Tiago Bolan Frigo (SAR-SC) sugeriu que fossem impugnados os dados de captura de tainha da Lagoa dos Patos. Após, o Sr. Luiz Matsuda Junior (SINDIPI) reafirmou a importância da pesca sustentável e, para o ano de 2024, afirmou consenso com a proposta apresentada pelo GT Tainha.

O Sr. Marcos Manoel Domingos (APPAECSC) expressou preocupação, ressaltando que não se trata apenas de uma reivindicação para a preservação, mas também de um pedido por uma política pública que viabilize a pescaria. Mencionou os esforços em Santa Catarina para implementar um mecanismo de controle no estado, visando garantir que os



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

níveis de captura sejam verdadeiramente sustentáveis. Afirmou que essa proposta já foi apresentada em outras oportunidades, incluindo sugestões para a redução do tempo de pesca e a implementação de mecanismos de controle pesqueiro.

O coordenador do GTC, Sr. Paulo Ricardo Schwingel, afirmou que, embora não participe dos fóruns de discussão sobre a gestão da tainha, existem vários trabalhos publicados sobre a biologia e história de vida desse organismo. Afirmou que o problema da tainha não é falta de pesquisa, mas que dois segmentos são controlados e outro segmento que não tem controle. Além disso, ressaltou que por se tratar de um recurso natural, existem limites. Seguiu, citando o gráfico sobre a produção da Lagoa dos Patos e refletiu que, caso seja esta a real produção na Lagoa dos Patos e considerando a avaliação de estoque, o estoque estaria colapsado. Afirmou não ser possível uma captura naquela envergadura no Rio Grande do Sul, só porque foi preenchido um documento legal que é auto declaratório e que essa investigação tem efeitos inclusive de nível judicial. Portanto, sugeriu que para avançar na gestão, todos os segmentos devem ter alguma estratégia de limitar o esforço. Ressaltou que existe um segmento que atua sobre a fração desovante da população, mas dentro da Lagoa dos Patos atuam sobre uma fração juvenil da população, e como não é possível fazer a fiscalização de tudo, uma das estratégias seria reduzir o tempo de captura, principalmente na safra.

O Sr. Jorge Machado (FNTTAA) afirmou ser importante escutar o pescador e evidenciou que a pesca ilegal está matando a pesca industrial. Reforçou a importância da fiscalização e destacou que a pesca industrial no Brasil é rastreada e controlada.

O Sr. Irandi da Silveira Rodrigues (FEPERS) expressou que a Lagoa dos Patos é uma lagoa muito grande, e temos aqui 2700 pescadores com RGP e licença ambiental, além disso não há pesca de emalhe anilhado dentro da Lagoa dos Patos. Fazendo uma análise breve, ponderou que, com 2700 licenças de RGP e IBAMA, são 2700 embarcações, considerando 2 toneladas por embarcação, já resultaria nas 5000 toneladas de tainha. Assim, acredita que deve ser melhorado o calendário de pesca, que hoje conta com um defeso de 4 meses, mas que poderia ser de 6 meses. Como exemplo, citou que se mudasse o calendário e liberasse a Tainha de fevereiro a julho, ficaria 6 meses de defeso, o que



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

permitiria que o peixe miúdo entrasse na Lagoa para engordar e desovar. Diante disto, recomendou a alteração do defeso como uma forma de contribuir com a cota global.

Neste sentido, o Sr. Pasqual, armador de pesca e pescador, corroborou a fala do Sr. Irandi e reforçou que a Lagoa dos Patos não pode ser comparada com o oceano, e afirmou que, no seu ponto de vista, a tainha da Lagoa dos Patos não é a mesma que é capturada em Santa Catarina, e que esta deve vir da costa do Uruguai e da Argentina.

Logo em seguida, o Sr. Roberto Ribas Gallucci (MMA) evidenciou que existem várias ações para fortalecer o monitoramento e que o MPA propõe melhor investigação e o monitoramento da produção na Lagoa dos Patos, bem como a questão da identificação e melhor caracterização dessa produção do emalhe liso, inclusive com a identificação genética desses indivíduos para averiguar se é ou não parati, além da diminuição no prazo de reporte dos dados do emalhe anilhado. Ou seja, explicitou que existem várias ações positivas e que sinalizam para a melhoria nos dados. Por outro lado, destacou que essa questão do emalhe liso que está sendo colocada realmente como um fator novo e que se ocorrer pesca do emalhe liso na época não permitida pela Portaria SG-PA/MMA nº 24, de 2018, deve-se abater no ano seguinte ou que seja discutida alguma regra para esse abatimento.

Após, o coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz passou a palavra para o Sr. Sergio Winckler (Convidado APPAESC) que retomou a importância de intervir onde as produções realmente são maiores, como a iniciativa do Sr. Irandi que estão dispostos a um período maior de defeso, e parabenizou a equipe pelo trabalho em cima dos dados de captura e dos descontos, concordando com a proposta apresentada pelo GT Tainha.

Ao final das discussões, o coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz resumiu os pontos discutidos e deu o intervalo até às 14:30h.

Retornado do intervalo, o coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz fez os devidos ajustes na agenda do CPG, tendo em vista que no período da tarde era para ocorrer a sessão emalhe, entretanto, foi deliberado pela Coordenação dar continuidade na sessão tainha, na qual prevê-se seguir das 14:30 até às 16:30hs. Assim, indagou os membros sobre a proposta



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

do GT Tainha, apresentada pelo Sr. Jocemar (MPA), e sobre a cota proposta de 1.237 t para a cota do ano que vem.

A Sra. Roberta Aguiar dos Santos (ICMBio) comentou que o GT Tainha está atento aos pontos discutidos na reunião e vão melhorar em 2024, e corroborou que esta proposta foi a qual se conseguiu chegar. O Sr. Marcos Manoel Domingos (APPAECSC), por sua vez, afirmou que os números foram calculados e esta é a possibilidade atual, haja vista que não tem a possibilidade de controlar outras pescarias que hoje não estão submetidas a um limite máximo de captura, então, nesse momento salvo alguma objeção não haveria mais o que discutir. Contudo, levantou o questionamento que, por conta de uma possível divisão de cotas e considerando a extrapolação da cota de emalhe anilhado desse ano, se existe a possibilidade de flexibilização em torno do limite que estamos trabalhando.

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz perguntou para o Sr. Marcos (APPAESC) qual seria esse valor que ele estava falando, e foi respondido que seria sobre LBA.

O Sr. Luiz Matsuda Junior (SINDIPI) afirmou que o GT fez um esforço para fechar esse consenso e viabilizar essa proposta, e que, considerando todas as incertezas, está sendo adotada uma postura com precaução. Além disso, frisou a importância do GT para direcionar essa mudança de gestão, com uma melhor observação sobre os dados fora safra, para que os sistemas de monitoramento e controle avancem e de fato seja estabelecido algum mecanismo fora safra, mas já estamos avançando para o controle e esses termos foram colocados aqui.

Neste contexto, o Sr. Jocemar Tomasino Mendonça (MPA) reafirmou que o GT discutiu de forma aprofundada qual o melhor caminho para 2024, mesmo sabendo que a frota controlada chega a 4% do total, mas que se busca um processo em construção para que as frotas não controladas possam ser controladas no futuro, pensando até mesmo na questão dos ciclos, questão de clima e dos pescadores. Destacou que a Lagoa dos Patos possui normativa própria e que hoje é difícil colocar qualquer tipo de restrição, mas, que está no planejamento a revisão deste normativo e já foi dada abertura para o diálogo.



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz passou a palavra para o Sr. Henrique Pereira (CONTTMAF) que afirmou que não existe 100% de pesquisa sobre a tainha e que é sim necessário pesquisar melhor, pois trabalhando na pesca da tainha, acredita que no mínimo 80% dos peixes vêm da Argentina e do Uruguai, então, encerrou parabenizando a todos e solicitou uma resposta do Dr. Schwingel, já que o Prof. Rodrigo Sant'Ana não estava mais na reunião.

Em resposta o coordenador do GTC, Prof. Paulo Ricardo Schwingel, comentou que seria melhor o Prof. Rodrigo Sant'Ana para responder, pois não faz avaliação de estoque, mas destacou que existem estudos de genética, de crescimento, de reprodução, as avaliações de estoque, dentre outros estudos, contudo, na sua opinião o maior problema está na gestão que precisa adotar medidas firmes.

Em seguida, o Sr. Tiago Bolan Frigo (SAR-SC) avaliou que a captura de tainha é variável, mas nos dados declarados da Lagoa dos Patos tem pescador que captura 198 quilos todo os meses, e não sabe como esse número exato todos os meses é possível, também afirmou que o pescador de Santa Catarina, como na Lagoa dos Patos, tem problemas financeiros, sofre com enchentes, fica anos sem pescar tainha, e que estes aspectos devem ser considerados pelo governo federal o qual pode achar outras alternativas para os pescadores como um todo, inclusive através de seguro defeso para essa região.

Retomando a pergunta realizada anteriormente, o coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz chamou a atenção para que as manifestações dos membros fossem em relação à proposta de 1.237 toneladas de cota para a safra de 2024, e questionou diretamente a SAR-SC.

Em resposta, Sr. Tiago Bolan Frigo (SAR-SC) considerou que o número poderia ser maior, levando em consideração os dados citados como inconsistentes do Rio Grande do Sul, de 5700 t de captura, e questionou o MMA e MPA se esse dado era considerado ou não confiável.

Então, o coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz fechou o entendimento junto a Secretaria de Estado de Santa Catarina que não se opõe ao valor proposto de 1.237 toneladas, mas, considera que este pode ser aumentado. Consensuado este entendimento, perguntou como



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

o Governo do Estado de Santa Catarina está fazendo para auditar os dados da Lagoa dos Patos.

Sobre esta questão, o Sr. Tiago Bolan Frigo (SAR-SC) destacou que está solicitando que seja feita uma análise estatística, como é feita pelo GT, mas que ainda não havia recebido os dados da Lagoa dos Patos.

Sobre a proposta de 1.237 toneladas de cota para 2024, o Sr. Martin Dias (OCEANA BRASIL) respondeu que nessa conjuntura atual essas 1200 t não vão fazer a menor diferença para a sustentabilidade da pescaria e que isto se baseia numa questão conceitual, pois quando os critérios de distribuição foram definidos, acreditava-se que a produção do Rio Grande do Sul era de 600 t e não se tinha nenhum dado sobre a pesca artesanal de Santa Catarina, e, por isso, concluiu-se que a maior parte da produção seria de Santa Catarina durante a safra. Assim, enfatizou que o Plano de Gestão foi construído para atacar esse problema. Contudo, relata que o cenário atual para a tomada de decisão é outro, com produções no Rio Grande do Sul de 5.700 toneladas, produção de Santa Catarina fora da safra 2.500 toneladas e produção de Santa Catarina de frotas não submetidas a controle 1.093 toneladas, que somam 9200 toneladas, enquanto, antes, a produção era menor. Por isso argumentou que deveria mudar a forma de gestão, visto que a produção de Santa Catarina passa a ser minoritária, e se desconta os outros estados e controla só Santa Catarina. Apesar disso, afirmou que concorda com essa cota, porque acredita que não vai fazer diferença. Seguiu, argumentando que em um modelo de gestão baseada em avaliação de estoque, em que se estabelece metas para os segmentos, todos devem ser monitorados para que seja possível chegar no objetivo biológico.

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz, a seguir, passou a palavra para o Sr. Alexandre Carinha Novo (SIDARPES –RS) que, primeiro, afirmou que não há nenhuma oposição sobre essa questão, pois acredita que se deve construir, não dividir. Destacou que esse ano e outros a Lagoa dos Patos não vai fazer parte desse processo, porque não vai ter uma tainha dentro da Lagoa por causa do El Niño . Ademais, questionou sobre a possibilidade de embarcações do estado do Rio Grande do Sul entrarem no edital de emalhe anilhado, relatando que foi cadastrada no edital em 2019 e 2020 e foi negado para embarcações do



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Rio Grande do Sul, afirmando ser necessário considerar a realidade dos pescadores do Rio Grande do Sul.

Diante das falas, não houve outras manifestações, e seguiu-se para a próxima pauta, sobre alocação. Neste quesito, a proposta é discutir o quanto desse valor de 1.237 toneladas seria compartilhado entre as únicas duas frotas monitoradas que é emalhe anilhado e cerco/traineira.

Iniciando este tópico de discussão, o Sr. Luiz Matsuda Junior (SINDIPI) defendeu que a posição é que o cerco/traineira, uma vez que teve esse ano cota zero e considerando a necessidade de ambas as partes trabalharem, seria o mínimo, que já foi reduzido de uns anos para cá, de 10 (dez) embarcações, considerando os 20% (600 t).

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz apontou que a norma prevê uma margem de 20% que daria 600 toneladas para o cerco/traineira e 637 toneladas para o emalhe anilhado, e passou a palavra para o Sr. Marcos Manoel Domingos (APPAESC), que considerou esta uma discussão complicada e ponderou que não se sentia confortável para discutir esse tipo de situação. Continuou destacando que a continuidade da pescaria é importante para manutenção das comunidades tradicionais, ressaltou que não tem nada contra o setor industrial, mas que o próprio SisTainha demonstra isso, visto que existe grande número de embarcações que não conseguiu capturar o recurso, por isso foi sugerida uma forma de equalizar a situação, e sugere uma média de 7 toneladas por embarcação. Assim, defendeu a possibilidade de até 130 embarcações licenciadas e o volume de cota de 7 toneladas por embarcação, o que poderia garantir que essas pessoas possam recuperar parte do prejuízo por não ter pescado durante esse ano.

Considerando esta manifestação, a Sra. Senhora Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva do CPG Pelágicos SE/S) perguntou o motivo de muitas embarcações não terem conseguido capturar tainha esse ano. O Sr. Marcos Manoel Domingos (APPAESC) respondeu que essa é a razão da proposta de encaminhamento de teto de captura para as embarcações de emalhe anilhado, porque algumas tem uma possibilidade maior de deslocamento e outras são limitadas a poucas milhas, estas não conseguiram



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

capturar em função de quando o recurso chegou perto de sua localidade não tinha mais cota.

Em seguida, o coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz passou a palavra para o Sr. José Frutuoso Goes Filho (Convidado FEPESC) que sugeriu aumentar umas duzentas e poucas toneladas, destacando que para ambas as partes é pouco, 600 t para indústria seria uma migalha e para o artesanal o ideal é ao menos 900 t, e argumentou que acha que não é aumentar 200 t ou 300 t que vai acabar com o estoque, visto que tem muita tainha no mar.

O Sr. Luiz Matsuda Junior (SINDIPI) reforçou que o montante realmente é pouco, que poderia ser considerado aumentar umas 200 toneladas do LBA, mas a manifestação do SINDIPI é 60 t preenchendo as 10 embarcações.

Por sua vez, o Sr. Martin Dias (OCEANA BRASIL) afirmou que é muito temerário negociar algo que se chama Limite Biologicamente Aceitável (LBA), ressaltou que neste momento está se negociando o que restou da alocação porque a alocação começou lá atrás, com o cálculo dos descontos, e que dividir a cota é uma decisão política. Retomou que o cenário é que está sendo dado 2.281 toneladas para o Rio Grande do Sul, o qual não será controlado apenas monitorado; também está se dando 2.578 toneladas para toda a produção dos outros estados fora da safra, que, novamente, será apenas monitorada; e mais 1.093 toneladas para as frotas não submetidas a cota sem controle, só monitoramento. Com base neste cálculo, afirmou que descontados aproximadamente essas 6 mil toneladas, está se decidindo a alocação das 1.237 t para as duas frotas que são controladas. Diante disso, reforçou que não se opõe a nenhuma decisão, mas acha difícil que essa meta de 1200 toneladas seja alcançada, porque as demais frotas não têm monitoramento e nem controle.

O sr. Luiz Matsuda Junior (SINDIPI), considerando a fala da OCEANA BRASIL, propôs aumentar o período de defeso por mais um mês na Lagoa dos Patos.

A seguir, o Sr. Jorge Machado (FNTTAA) comentou que é necessário rever a classificação das embarcações em artesanais e industriais, e por isso o Ministério do Trabalho, o IBAMA e a Marinha do Brasil teriam que se debruçar sobre isso, melhorar a fiscalização, dizer quem é quem, porque é necessário saber quem é artesanal, quem é da economia familiar, e quem é o industrial.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Nesta seara, o Sr. Marcos Manoel Domingos (APPAESC) relatou que, conversando com a base, foi identificada que este volume embora não seja o ideal é o mínimo que pode possibilitar e fazer frente às despesas, visto que são pessoas que dependem exclusivamente desse recurso nesse período, por isso questiona se existe a possibilidade de aumento dessa cota, porque considera que será extremamente difícil discutir alocação com um volume tão pequeno.

O Sr. Sergio Winckler (Convidado APPAESC) apresentou duas propostas: para a Lagoa dos Patos, como o reporte é em maio, sugeriu coletar os dados de outubro até abril para definir o desconto, o que talvez pode completar o que falta para cota, uma outra alternativa seria trabalhar período de captura de tainha pelas embarcações com até 10 AB, e o arrasto de praia cuja época de pesca da tainha vai até dezembro, então, propôs que em 2024 ainda tem tempo para aplicar essas medidas, as quais poderiam ampliar um pouco mais a cota, permitindo chegar em 900 toneladas para o emalhe anilhado e 600 toneladas para frota de cerco/traineira.

O Prof. Sr. Paulo Ricardo Schwingel (Coordenador do GTC) afirmou não ter dúvidas de que 600 t para industrial e 900 t para emalhe anilhado seriam as condições mínimas para a viabilidade econômica da pescaria. Mas destacou que o que acontece com as pescarias do planeta inteiro também se reflete no Brasil: ter muito pescador e pouco peixe, então, seria essencial uma redução de esforço, ou seja, menos pessoas envolvidas e maior controle. Retomou a fala do Sr. Marcos, ressaltando que é um trabalho para a gestão, mas apenas com os dois segmentos que tem a menor fatia do bolo e seria necessário trabalhar com todos os setores, e isso é um erro de gestão e esse erro está com o MPA e o MMA, pois o segmento que mais remove biomassa não participa das decisões de gestão e não cedem.

O Sr. Jerri Eduardo Morais (CNPA) relatou problemas para acompanhar a reunião *online* e ouvir as falar. Sobre a fala do Sr. Jorge (FNTTAA), concordou que a pesca artesanal não pode ser comparada com a pesca industrial. Mas afirmou não estar entendendo bem se o desconto das frotas não submetidas às cotas na safra seria por embarcação, porque tem pescador no litoral norte de São Paulo que não pesca essa quantidade de peixe, por isso questionou se está sendo considerado junto a pesca artesanal com a pesca industrial,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

porque acha que deve ser considerado dividido, pois os petrechos são diferentes e a forma de pesca, em São Paulo se usa o emalhe costeiro, não o emalhe anilhado. Destacou que em São Paulo tem muitos pescadores de comunidades tradicionais que trabalham com a tainha, mas não pescam essa quantidade de peixe, logo quer saber onde estão esses peixes que também quer pescar. Reforçou que a pesca artesanal tem que ser diferenciada da pesca industrial, cada um com um regramento para todos trabalharem juntos.

Após, o Sr. Irandi (FEPARS) ratificou que na Lagoa dos Patos se encontra em água doce, e a tainha já está liberada, mas não tem, então até a retificação da Instrução Normativa Conjunta SEAP/MMA nº 3, de 2004, não seria possível alterar o ordenamento. Ressaltou que sabe que o peixe vem do Uruguai, pois lembra que 2013 ou 2014 choveu muito na Lagoa dos Patos e não teve tainha, mas em Santa Catarina teve bastante tainha. Por isso, sugere aos colegas do GT esperar um ano de água salgada para proceder com a revisão da INC SEAP/MMA nº 3, de 2004. Afirmou que na Lagoa dos Patos são cerca de 2.700 pescadores e aproximadamente 1.350 embarcações, considerando 4 t por embarcação, seria possível atingir as 5.000 t, por isso acha que este não é o momento ideal para se fala em cota para a Lagoa dos Patos.

Reforçando, o Sr. Luiz Matsuda Junior (SINDIPI) afirmou que estão sendo tomadas medidas imediatas para as frotas mais controladas e, ao mesmo tempo, postergando as discussões acerca das demais frotas, mas que seria necessário o CPG também encaminhar os entendimentos para as demais frotas.

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz lembrou que a pauta sobre a revisão da norma de ordenamento de emalhe deve ser tratada.

Seguindo com o tema tainha, passou a palavra para o Sr. Henrique Pereira (CONTMAFF) que defendeu as cotas.

O Sr. Nilmar (Convidado Fórum da Lagoa dos Patos) relatou que acompanhar a reunião *online* estava complicado, o áudio estava prejudicando o entendimento, que pensa que deve ser devido à acústica do ambiente. Em seguida parabenizou o Sr. Irandi (FEPARS) e o Sr. Alexandre (SINDARPES-RS) que foram enfáticos quando falaram da Lagoa dos



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Patos, afirmando que as comunidades da Lagoa dos Patos têm propostas para melhorar os dados da Lagoa dos Patos, e ressaltou que existem dados, sejam da FURG, IBAMA e os dados autodeclaratórios da INC SEAP/MMA nº 3, de 2004. Afirmou que é possível rever o calendário e outras várias propostas, que foram apresentadas nas reuniões do GT. Destacou que não tem como pensar num defeso na situação que se encontra a Lagoa dos Patos hoje, que nem tainha tem, e que o projeto do MPA com a FURG e com os pescadores e as Colônias de Pescadores vai permitir chegar a números mais exatos. Reforçou que na proposta do GT são apresentadas as melhorias, em termos de revisão das normativas de arrasto de praia de Santa Catarina, e da Lagoa dos Patos, mas querer trocar nesse momento não faria sentido diante do que foi discutido no GT.

O Sr. Martin Dias (OCEANA BRASIL) reafirmou que a preocupação institucional é principalmente manter as capturas dentro do limite biológico, e decidir quem vai pescar ou não é algo de governo, uma decisão política que a instituição não irá interferir. Relembrou que os dados da safra de 2018 não eram dados da OCEANA, mas um sistema oficial de controle. Adicionou que a gestão por cotas deve ser aplicada quando existe capacidade de controlar, e que onde não se tem controle, são necessárias outras ferramentas para manter a produção dentro do LBA, e sugeriu que talvez uma medida possível sejam as temporadas de pesca e controlar o número de barcos e de licenças,

Em relação ao desconto de 176 toneladas para emalhe anilhado, afirmou ser estranho visto que os demais setores não têm controle e o outro setor controlado que tem 500 toneladas de cota, pretende-se tirar 176 toneladas, o que não vai contribuir com o objetivo biológico, que é manter a produção dentro do LBA.

Continuando a discussão, o coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz passou a palavra para o Sr. Marcos Manoel Domingos (APPAESC) que propôs pelo menos 910 toneladas líquido, tendo em vista que não serão essas 176 toneladas que vão garantir a sustentabilidade da espécie.

Seguidamente, a Sra. Roberta Aguiar dos Santos (ICMBIO) explanou preocupação de já estar sendo considerado o LBA, visto a pesca da tainha no período mais crítico, e



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

trouxe a reflexão de que, em anos recentes, já saiu do LCA para o LBA, somando mais 200 toneladas, questiona como seria possível explicar tecnicamente, pois se não tiver como controlar não vai mais ter cota.

A Sra. Senhora Valdimere Ferreira (SERMOP) destacou que o MPA está ciente da necessidade de participação do pescador, gestor e cientista, bem como conhece as limitações e a necessidade de revisar os atos normativos, melhorar a obtenção e a qualidade dos dados, assim, reforçou que muitas coisas precisam ser feitas, algumas em médio prazo e outras a logo prazo. Desta forma, tem se discutidos no GT as várias medidas que deveriam ser feitas e são necessários cuidados para não haver retrocesso na gestão. Reafirmou que as medidas apresentadas pelo Sr. Jocemar (MPA) incluem ajustes na pré-safra, safra e pós-safra, que demonstra que a gestão por cotas está sendo amadurecida.

### **SESSÃO EMALHE**

#### **CENÁRIO NORMATIVO ATUAL PARA AS PESCARIAS DE EMALHE NAS REGIÕES SUDESTE E SUL**

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz passou para pauta do Emalhe, passando a palavra para a Secretária Adjunta do CPG Pelágicos SE/S, Sra. Sandra Silvestre de Souza que apresentou o cenário normativo.

#### **ENCAMINHAMENTOS E DISCUSSÕES REALIZADAS SOBRE A REVISÃO DA INI MPA/MMA Nº 12, DE 22 DE AGOSTO DE 2012, DURANTE O CPG DEMERSAIS SUDESTE/SUL**

O coordenador, Sr. Rivetla Edipo Cruz, passou a palavra para o membro titular do Ministério da Pesca e Aquicultura, Sr. Jocemar Tomasino Mendonça, para que apresentasse sobre a revisão da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 12, de 2012. Este relatou as discussões que estão sendo realizadas para a revisão da citada Instrução, e da necessidade de aumentar as quantidades de fórum, visto que esses grupos podem trazer subsídios para a revisão de qualquer normativa, pois na maioria das vezes a melhor informação é do pescador e da pescadora. Enfatizou que a estratégia do governo é trazer o



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

plano de fundo com informações técnicas científicas e discutir junto com os grupos locais a melhoria da finalidade da normativa.

Após a apresentação, o coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz abriu para o plenário a discussão sobre os impactos e revisão da INI MPA/MMA nº 12, de 22 de agosto de 2012.

A Sra. Roberta Aguiar dos Santos (ICMBIO) falou brevemente sobre a necessidade de se ter um grupo de trabalho, e que deve ser investigada a questão da profundidade e o impacto sobre as tartarugas, bem como o defeso, a distância de uma milha da costa para a pesca motorizada. Diante da quantidade de temas, deveria ser feita uma seleção de esforço de quais temas que serão discutidos nos fóruns.

O Sr. Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) relatou as melhorias quando a INI MPA/MMA nº 12, de 2012 substituiu a IN IBAMA nº 121, de 1998, como a previsão de área de proteção, como a região do Albardão que não pode ter pesca de emalhe dentro das 5 milhas e área de proteção ao boto na boca da Barra de Rio Grande. Mas que estes pontos não foram implementados à época e estão sendo cobrados pelo IBAMA. Destacou que a INI MPA/MMA 12/2012 disciplinou a criação de grupos para discutirem as peculiaridades da atividade pesqueira regionais/locais, isso faltou e falta ainda, por isso deve-se implementar os grupos para essas discussões. Aproveitando, deixou a sugestão de medida de proteção a ser avaliada pelo Comitê, que versa sobre afastamento entre as embarcações da frota durante as atividades pesqueiras em uma mesma área, uma vez que já vem observando no PREPS paredões de mais de 50 embarcações a menos de 0,3mn uma da outra realizando lances de emalhe de fundo paralelos e subsequentes, e considera que pode haver um efeito cumulativo de sobre-exploração nos estoques pesqueiros.

Neste contexto, o Sr. Jocemar Tomasino Mendonça (MPA) deu o exemplo de São Paulo sobre a discussão da Instrução Normativa IBAMA nº 166, de 2007 e INI MPA/MMA nº 12, de 2012, que foi possível devido ao aporte de dados, monitoramento local, criação de comitê que são dos próprios pescadores, e frisou que essa cultura deve ser incentivada nos outros estados onde todos trabalham juntos, cada um com suas características.



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Em seguida, o Sr. Marcos Manoel Domingos (APPAESC) afirmou que tem tempo que o setor busca discutir a questão do emalhe em Santa Catarina, em função da peculiaridade que em Santa Catarina tem poucos lugares abrigados para o exercício da pesca artesanal. Então, a pesca do emalhe acontece em mar aberto, o que causa um problema muito sério por conta da área de navegação, pois não conseguem melhorar as embarcações a ponto de ter as características para navegar em mar aberto. Com isso, relatou que a Capitania dos Portos determina que a pescaria aconteça próximo da costa, mas a INI MPA/MMA nº 12, de 2012, não permite. Ressaltou que é necessário resolver isso urgente. Ainda, elencou que a IN IBAMA nº 166, de 2007, impossibilita a pescaria de superfície, porque a anchova e tainha não são capturadas se a pesca não ocorrer na superfície, mas o normativo determina trabalhar a 2 metros de profundidade da linha d'água. Por isso, tem que ser discutidas com urgência essas regras que inviabilizam a pesca ou nem permitem que o pescador se lance ao mar.

A Sra. Sandra Silvestre (Secretária Executiva do CPG) falou que em São Paulo foi feita uma adaptação da IN IBAMA nº 166, de 2007, com a condicionante de ser uma rede de espera assistida, para que se algum mamífero se enroscasse tivessem tempo hábil para salvar o animal ainda vivo, e questionou se em Santa Catarina seria possível aplicar essa condicionante. O Sr. Marcos Manoel Domingos (APPAESC) respondeu que devido às fortes correntes que tem no mar de Santa Catarina não há nenhuma possibilidade da pesca de superfície não ser assistida.

Foi feito um comentário pelo Sr. Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) sobre a Portaria de pesca assistida em São Paulo afirmando que a distância é de 1 km, o que para uma pesca assistida não seria viável, assim, sugeriu diminuir para 50 metros, no máximo. Ainda, afirmou que essa Portaria deveria ser espalhada para Brasil inteiro, principalmente para pesca de beira de praia, que tem um problema sério de captura de mamíferos e quelônios.

Depois, o Sr. Alexandre Carinha Novo (SIDARPES –RS) comentou sobre a origem da INI MPA/MMA nº 12, de 2012, sugerindo a parada no mês de dezembro de toda a frota de emalhe, sendo que a normativa já prevê de 15 de maio a 15 de junho, e a sugestão é a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

inclusão do período de 1ª de dezembro a 31 de dezembro, no auge das toninhas na região. A INI MPA/MMA nº 12, de 2012, surgiu em uma pressão, o pedido do SIDARPES-RS e que a INI MPA/MNMA nº 12, de 2012, tenha atualização o mais rápido possível, considerando que a INI MPA/MMA nº 12, de 2012, tem que ser revista também para sustentabilidade da toninha. Explanou que a safra de anchova começa em 15 de junho então a INI MPA/MMA nº 4, de 2013, que também é muito mais urgente, nunca foi cobrada pelo IBAMA até o ano passado, e que a proposta é as milhas náuticas para fora dessas 16 embarcações do Rio Grande do Sul para cima de 20 AB e o período de defeso no mês de dezembro e a questão do tamanho da rede tem que ser discutido por todos, todos tem que se enquadrarem.

O Sr. Jorge Machado (FNTTAA) expressou que não concorda que no emalhe somente a frota industrial seja rastreada, desta forma, não tem como IBAMA ou ICMBio afirmar a veracidade das informações contantes no Mapa de Bordo.

O coordenador, Sr. Rivetla Edipo Cruz, passou a palavra para o Sr. Frank Max Marques (AMFRI) que queria entender melhor o encaminhamento do SIDARPES-RS.

Em seguida, o Sr. Fernando reforçou que a INI MPA/MMA nº 12, de 2012, faz 12 anos que não é atualizada, enquanto a INC SEAP/MMA nº 3, de 2004, faz 20 anos, e que o pescador artesanal sempre trabalhou em área costeira de terra a vista, mas a INI MPA/MMA nº 12, de 2012, apenas permite navegação em área de exclusão desde que seja rápido e contínuo, por isso, com essa norma, afirma que tiraram o direito do artesanal trabalhar na área costeira com terra a vista, nos limites do molhe leste ao molhe Sul, respeitando a área de exclusão. Destaca que esta situação é ainda mais urgente com água doce dentro da Lagoa, porque esse pescador não produz e tem que pescar dentro da Lagoa, ou seja, destaca que tem que ser revisada muita coisa tanto o artesanal quanto o industrial.

Para finalizar esta pauta, o Sr. Marcos Manoel Domingos (APPAESC) destacou uma discussão sobre a forma como se lança uma rede de emalhe ao mar, relatando que houve problema na pesca de parati, pois a rede é jogada em círculo, mas para a fiscalização a rede de emalhe tem que ser lançada em linha reta, sendo que não tem nenhuma disposição normativa nesse sentido. Informou que é importante deixar esse assunto alinhado.



## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz fez o encerramento das discussões do dia 7 de dezembro de 2023.

### **DIA 8 DE DEZEMBRO DE 2023**

Com os devidos agradecimentos e cumprimentos, o Sr. Rivetla Edipo Cruz (Coordenador do CPG) deu início ao terceiro dia do CPG Pelágicos SE/S, começando pela demanda recebida pelo MPA de revisão da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 4, de 16 de outubro de 2013, sobre a pesca da anchova, enviada pelo SIDARPES-RS.

### **REVISÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA/MMA Nº 04, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013, SOBRE A PESCA DA ANCHOVA**

O Sr. Alexandre Carinha Novo (SIDARPES –RS) falou sobre a criação da IN MPA/MMA nº 4, de 2013, relatando que embora a norma seja de 2013, apenas em 2022 que algumas medidas começaram a ser fiscalizadas, por isso um companheiro tomou uma multa por estar pescando em uma área de exclusão da INI MPA/MMA nº 4, de 2013. Afirmou que a anchova passa na costa do Rio Grande do Sul e que a norma tirou 4 milhas da costa de farol a farol, sendo o resto proibido de pescar, assim, sugeriu que a pescaria se inicie dia 15 de junho até o final de agosto, igual era antes, de um milha náutica para fora de farol a farol, e retirando áreas de exclusão. Ainda, trouxe que a pescadinha não pode continuar como complementar, uma vez que vem muito no emalhe. Também, solicitou que constasse em ata registrado que o SIDARPES-RS apoia a Portaria SAP/MAPA nº 1.448, de 2023, e que a solicitação é manter a pesca de 15 de junho até 31 de agosto, voltar a 1 milha náuticas de farol a farol e tirar as áreas de exclusão constantes no Anexo da INI MPA/MMA nº 4, de 2013.

Assim, o coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz abriu o plenário sobre a revisão da INI MPA/MMA nº 4, de 2013, em relação aos três pontos colocados: expansão do período de pesca de 15 de junho até 31 de agosto; reestipular para 1 milha náuticas de farol a farol, ao invés de 4 milhas; e retirar as áreas de exclusões constantes no Anexo I da Instrução Normativa.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Roberta Aguiar dos Santos (ICMBIO) falou da importância da reivindicação que estava sendo apresentada, mas tem espécies na região que necessitam de mais cuidado, como as toninhas, com isso considera ser importante estudar o porquê dessas 4 milhas e as áreas de exclusão.

Com a palavra, Sr. Frank Max Marques (AMFRI) perguntou se a abertura de 4 milhas para 1 milha era só para o Rio Grande do Sul ou para toda região Sudeste/Sul. Em resposta, o Sr. Alexandre Carinha Novo (SIDARPES –RS) falou que não podemos confundir a INI MPA/MMA nº 12, de 2012, com a INI MPA/MMA nº 4, de 2013, pois a última dispõe sobre o estado do Rio Grande do Sul.

O Sr. Henrique Machado (CONTMAFF) questionou sobre a proibição do arrasto nas 12 milhas do Rio Grande do Sul e falou sobre o prejuízo trazido com a medida, e sugeriu o fechamento de 3 milhas náuticas.

O Sr. Marcos Manoel Domingos (APPAESC) fez alguns questionamentos ao SIDARPES-RS sobre a aplicabilidade da IN IBAMA nº 166, de 2007.

A seguir, o Sr. Irandi (FEPARS) reforçou a necessidade de ampliar a período de pesca conforme solicitado pelo SINDARPES-RS.

Finalizadas as manifestações, o coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz encerrou a discussão referente a pauta da INI MPA/MMA nº 4, de 2013.

Encerrando as pautas previstas, foi solicitado pelos membros que fosse reaberta a discussão sobre a pesca da tainha. Assim, o coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz (Coordenador do CPG) passou a palavra para o Sr. Marcos Manoel Domingos (APPAESC) que colocou o encaminhamento sobre o desconto de 176 toneladas da cota de emalhe anilhado, solicitando que esse desconto fosse aplicado em 4 parcelas e submeteu para discussões se é factível do ponto de vista biológico. Independente do parcelamento ou não, solicitou o volume de 910 tonelada já com os descontos para o emalhe anilhado e questionou sobre a possibilidade de aumento do LBA.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Martin Dias (OCEANA BRASIL) solicitou que todo processo de cálculo discutidos pelo GT Tainha e pelo CPG seja submetido ao científico, inclusive com essa proposta, a OCEANA não se opõe a qualquer parcelamento.

O Sr. Wilson Santos (Convidado SINDIPI), em relação ao parcelamento, afirmou que o SINDIPI não se opõe e, relativo às 910 toneladas já com o desconto, o SINDIPI mantém a solicitação de 600 toneladas para 10 embarcações de cerco/traineira.

O coordenador, Sr. Rivetla Edipo Cruz, em resposta a OCEANA complementou que o GT Tainha está ciente que a maior parte da captura não está sendo controlada e que a discussão está direcionada sobre a menor parcela que é monitorada e controlada, sendo que o próprio GT apontou isso. Mas, destacou, que é necessário avançar e que está sendo consideradas as demais modalidades de pescarias artesanais, como emalhe e arrasto de praia.

O Sr. José Frutuoso Goes Filho (Convidado FEPESC) fez um apelo de uma melhor cota para a pesca de emalhe anilhado, visto que a pesca artesanal de Santa Catarina só tem a tainha para pescar nessa época e nada mais.

Sobre o comentário da coordenação do CPG, o Sr. Martin Dias (OCEANA BRASIL) afirmou que o objetivo é destacar que os 96% de captura deveriam estar sendo discutidos no CPG, que se sabe da importância do fórum regionalizados, mas se a Lagoa dos Patos decidir produzir 7.000 toneladas de tainha, isso tem que ser discutidas dentro do CPG, pelo fato de ser um recurso compartilhado. Por isso, reforçou o pedido de submeter ao Grupo Técnico-Científico os cálculos com a seguinte pergunta: "as propostas de gestão hoje colocada pela tainha têm alguma probabilidade de conseguir manter a produção dentro do Limite Biologicamente Aceitável (LBA)? Quais as fragilidades?".

Corroborando a fala da OCEANA BRASIL, o Sr. Luiz Roberto Louzada Junior (IBAMA) colocou-se à disposição para pensar em mecanismo de controle para essa parcela de 96% da captura da tainha.

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz deu 15 minutos intervalo.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Retornando do intervalo, o coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz passou para a construção participativa da lista de recomendações.

**RECOMENDAÇÕES DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS PELÁGICOS DAS REGIÕES SUDESTE E SUL (CPG PELÁGICOS SE/S) DA REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS (REDE PESCA BRASIL), OCORRIDA DE FORMA MISTA, VIRTUAL PELA PLATAFORMA MICROSOFT TEAMS E DE FORMA PRESENCIAL EM ITAJAÍ/SC NOS DIAS 06, 07 E 08 DE DEZEMBRO DE 2023.**

<b>RECOMENDAÇÃO</b>	<b>RESPONSÁVEL (Nome/instituição)</b>	<b>PRAZO PARA ATENDIMENTO</b>
<b>REC 1/2023:</b> Analisar a possibilidade de revogação do art. 2º da IN IBAMA nº 16, de 2009, em relação ao período de defeso para a captura de sardinha verdadeira como isca para a pesca de vara e isca viva, de acordo com o período de defeso estabelecido na IN SAP/MAPA 18, de 2020.	GTC Pelágicos SE/S	Janeiro de 2024
<b>REC 2/2023:</b> Revisar a periodicidade de reporte e número de amostras previstas na IN SAP/MAPA nº 18, de 2020 (SISLATINHA)	GTC Pelágicos SE/S	Janeiro de 2024
<b>REC 3/2023:</b> Avaliar a alteração do art. 1º do IN IBAMA nº 15, de 2009, referente à expansão da área de operação das embarcações de pesca até o Chuí.	GTC Pelágicos SE/S	Janeiro de 2024
<b>REC 4/2023:</b> Revisar o Plano de Gestão da		



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Sardinha Verdadeira incluindo modelos de gestão adaptativa e efeitos das mudanças climáticas nas pescarias.	MPA e MMA	Ao longo de 2024
<b>REC 5/2023:</b> Vistoriar a frota das modalidades 4.1, 4.2 e 4.3 (cerco/traineira) para o recadastro das embarcações de pesca	MPA	Ao longo de 2024
<b>REC 6/2023:</b> Encaminhar ao CPG Pelágicos SE/S a base de cálculo, dados e metodologias utilizadas para a produção da série histórica de ovas de tainha para avaliação técnico-científica e averiguar a possibilidade de inserção nas avaliações de estoque futuras.	SINDIPI	janeiro de 2024
<b>REC 7/2023:</b> Disponibilizar no site do MPA os dados utilizados para Avaliação de Estoque da Tainha.	MPA	Dezembro de 2023
<b>REC 8/2023:</b> Utilizar para a safra de 2024 a proposta apresentada pelo GT Tainha, com a cota [mínima] de 1.237 toneladas a ser distribuída para as frotas de cerco/traineira e emalhe anilhado.	MPA e MMA	Até a publicação da norma
<b>REC 9/2023:</b> Solicitar ao GTC parecer sobre as medidas de ordenamento para manter as capturas dentro do LBA considerando a produção não submetida a limites de captura e o volume administrado por cotas	GTC Pelágicos SE/S	janeiro de 2024
<b>REC 10/2023:</b> Encaminhar aos membros do CPG Pelágicos SE/S o Relatório do GT Tainha.	GTC Pelágicos SE/S	fevereiro de 2024



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

<b>REC 11/2023:</b> Parcelar o excedente de 170 t do emalhe anilhado da safra de 2023, em 4 anos.	MPA e MMA	janeiro de 2024
<b>REC 12/2023:</b> Verificar a possibilidade do SISTAINHA estar disponível para inserção de dados o ano inteiro para o reporte das Empresas Pesqueiras.	MPA e MMA	Dezembro de 2023
<b>REC 13/2023:</b> Prever na norma a data de disponibilização do SISTAINHA e explicitar a obrigatoriedade para Empresa Pesqueira de inserção de dados de tainha até dezembro, caso a REC 11/2023 não for atendida.	MPA e MMA	Até a publicação da norma
<b>REC 14/2023:</b> Revisar o modelo atual de gestão para a tainha para o ano de 2025.	GT Tainha	Ao longo de 2024
<b>REC 15/2023:</b> Instituir Grupos Regionais de Trabalho para revisão da INI MPA/MMA nº 12, de 2012.	MPA e MMA	1º semestre de 2024
<b>REC 16/2023:</b> Revisar IN MPA/MMA nº 04, de 2013 (excluir as áreas previstas no Anexo I, permitir a pesca a partir de 1 MN de farol a farol, alterar defeso de 15 de junho a início de outubro para anchova).	MPA e MMA	1º trimestre de 2024
<b>REC 17/2023:</b> Revisar a IN IBAMA nº 166, de 2007.	MPA e MMA	Ao longo de 2024

\*Trata-se do prazo para dar início às tratativas da recomendação.

Findadas as discussões das recomendações, o coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz passou para o último item, definição do calendário de reunião do CPG Pelágicos Sudeste/Sul



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

e sugeriu o mês de abril de 2024, mas abriu para os presentes para a sugestão de possível local para a reunião.

Foram sugeridos: UNIVALI (Prof. Dr. Sr. Paulo Ricardo Schwingel – Coordenador GTC), espaço de reuniões da AMFRI (Sr. Luiz Matsuda Junior – SINDIPI), Rio Grande do Sul (Sr. Alexandre Carinha Novo - SIDARPES-RS) e Brasília.

Com o encerramento das discussões o coordenador Sr. Rivetla Edipo Cruz agradeceu a participação de todos e encerrou a 1ª Reunião Ordinária do CPG Pelágicos SE/S.